



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Envelhecimento.

DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

Francisca Pini¹

Simone Santos da Silva Lima²

Allan de Oliveira³

Bianca Pereira de Souza⁴

Rafaela Gomes Tobias⁵

Ayesha Porto⁶

Letícia Ribeiro⁷

Maria Eduarda Machado⁸

Resumo: O presente relato de experiência apresentará reflexões vivenciadas nas oficinas com idosos realizadas pela Seção Centro de Referência em Saúde Auditiva (Secresa), em parceria com o Projeto de Extensão “Diálogos Intergeracionais” da Unifesp. Abordaremos a atuação do Serviço Social na política de saúde auditiva e a construção de estratégias com a formação profissional para a promoção da socialização dos idosos com diferentes ciclos etários.

Palavras-chave: Diálogos Intergeracionais; Idosos; Serviço Social.

Abstract: This report of experience will present reflections experienced in the workshops with elderly people carried out by the Section Center of Reference in Hearing Health (Secresa), in partnership with the Extension Project "Intergenerational Dialogues" of UNIFESP. We will approach the work of the Social Service in the auditory health policy and the construction of strategies with the professional training to promote the socialization of the elderly with different age groups.

Keywords: Intergenerational Dialogues; Seniors; Social Work.

Introdução

Este relato de experiência discorrerá sobre o Projeto “Diálogos sobre idosos e suas relações sociais: o Desafio da Intergeracionalidade”, desenvolvido pela Seção do Centro

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Saúde. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

⁶ Estudante de Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

⁷ Estudante de Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

⁸ Estudante de Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <pinifranca@gmail.com>.

de Saúde Auditiva/Santos (Secresa), em parceria com o Projeto de Extensão da Unifesp “Diálogos Intergeracionais”, o qual está vinculado ao Centro de Educação em Direitos Humanos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista. O Centro de Educação em Direitos Humanos é um espaço interdisciplinar de reflexão e investigação sobre Educação em Direitos Humanos.

A motivação para sistematizar esta experiência decorreu da preocupação sobre o processo de envelhecimento e velhice no Brasil e os resultados obtidos, no segundo semestre de 2018, das oficinas com idosos/as e estudantes do curso de Serviço Social da Unifesp, que demonstraram um campo de aprendizagens na relação idosos/as e juventudes.

O envelhecer é atravessado por aspectos sociais, econômicos e culturais. E entendê-lo como uma expressão do século XXI é essencial para aprofundar as nossas intervenções no trabalho profissional.

O relato de experiência está estruturado nos seguintes tópicos: 1. Formação Profissional e sua relação com a sociedade 2. O/a Idoso/a e a questão do envelhecimento, 3. O SUS na inter-relação com o serviço de saúde auditiva, 4. Atuação do Serviço Social na política de Saúde Auditiva de Santos: Diálogos Intergeracionais e Considerações Finais.

1. Formação Profissional e sua relação com a sociedade

Apreender o movimento da sociedade, seus conflitos e suas determinações sócio-históricas são desafios para o profissional de Serviço Social na contemporaneidade.

Conforme Yamamoto (2004)

[...] o Serviço Social surge e se expande marcado pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital: o caráter cada vez mais social do trabalho e das forças produtivas contraposto à apropriação privada dos frutos desse mesmo trabalho. Portanto, a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político; surge das próprias relações de poder presentes na sociedade. (p. 122).

Partindo desse conhecimento é que a formação e o trabalho profissional vêm buscando ações coletivas que possam refletir o compromisso efetivo com as classes populares.

Em um contexto mundial, onde vivemos uma crise de valores produzida pela sociedade capitalista, possibilitar espaços formativos que invistam no conhecimento numa perspectiva crítica é um dever ético com as gerações presentes e futuras. Essa construção aponta para uma educação em direitos humanos, compreendida aqui como uma educação democrática, em que o trabalho coletivo é vivenciado por todos os sujeitos do processo. Como aponta Benevides,

[...] a educação para a democracia comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente – e mais de uma vez no curso da vida – um ou outro (1996, p.226).

Nesse sentido, a educação vivenciada pelo Curso de Serviço Social da Unifesp tem buscado trazer o significado social do ato de educar num movimento contrário à ordem capitalista, à medida que propõe uma educação comprometida com as lutas sociais e com a emancipação humana.

Esse movimento de resistência e de construção de espaços vivos de reflexão, no âmbito universitário, tem sido possível pelo engajamento dos sujeitos envolvidos na formação com o projeto ético-político profissional, que tem assegurado nas diretrizes da formação profissional as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, numa perspectiva teórico-crítica que potencializa o enfrentamento da questão social, em suas múltiplas expressões.

Essa construção remete para o exercício da cidadania ativa, em que o sujeito se educa para a participação na vida pública, tanto como governante, quanto para um cidadão, que tem suas ideias e propostas acolhidas pelo governante, o qual dialoga com a base que o elegeu.

Esses valores democráticos e esse aprendizado político não encontram na imensa maioria dos ambientes educacionais espaços para tal formação.

Desse modo, a extensão assegura um aprendizado da comunidade acadêmica com a comunidade local de forma que seja garantido que as pessoas do universo não-acadêmico se sintam pertencentes a esse espaço e possam construir conhecimentos que tenham significado e sentido para suas vidas. Esse exercício democrático exige romper com velhas práticas e concepções que negam o saber popular e insinuem que a pessoa não-acadêmica tem menos conhecimento.

Nesse processo, demonstram que o assistente social precisa ser formado numa perspectiva de totalidade para compreender a vida social e a produção e a reprodução do capitalismo. Capaz de produzir conhecimento, por meio de sua intervenção

profissional, comprometido com as lutas sociais e construtor de estratégias de enfrentamento à questão social. Tem no horizonte a distribuição da riqueza produzida socialmente e uma defesa incondicional da vida, da justiça e dos direitos humanos.

Por isso, a relevância de articular nessa intervenção, durante a formação profissional, o perfil que se busca para atuar nas relações sociais, são: “reflexivo, ético, crítico, capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 295).

2. O/a Idoso/a e a questão do envelhecimento

O envelhecimento é um processo social que remete à velhice como uma das fases da vida, em que a acumulação de conhecimento se concentra após diversas experiências ao longo da vida. Apesar disso, essa fase carrega muitos estigmas socialmente construídos; vide a atualidade, cada vez mais há a supervalorização daquilo que é “novo” e a desvalorização do “velho”, seguindo a lógica de acumulação e produção do capital.

Perceber que os/as idosos/as, em muitos contextos sociais, são vistos como “inválidos”, “improdutivos” dá o tom de como a sociedade, e até mesmo os órgãos públicos, concebem essas pessoas que, por conta disso, são violadas em seus direitos.

No que tange aos aspectos geracionais, muitas vezes os idosos também são privados de bens e serviços por questões de gênero, raça e etnia. Esse amplo debate perpassa pelo lugar onde os sujeitos ocupam. Assim, detemo-nos aos argumentos de Milton Santos (2007) sobre ‘o espaço do cidadão’:

O valor do indivíduo depende do lugar onde está. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e privados, são distintos para uma grande maioria de brasileiros. No campo e na cidade, acabam por serem privados desses bens e serviços. Esses bens e serviços nem sempre existem nas áreas, às vezes não podem ser alcançados, por questões de tempo e dinheiro (p. 139).

O processo do envelhecimento na atualidade exigiu do Brasil a criação do Estatuto do Idoso, para garantia de políticas sociais e de um conjunto de ações capazes de assegurar a proteção integral ao idoso.

Conforme o Estatuto do Idoso, Lei nº 10741:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (Art. 2º)

O distanciamento das gerações vem como resultado também de um conjunto de oportunidades restringidas por idade, exclusivamente para um determinado grupo de pessoas, fazendo com que esse afastamento seja cada vez maior, por isso se devem conceber objetivos e prioridades políticas de proteção social da população idosa.

Portanto, envelhecer com dignidade é um direito garantido por lei, que busca, além da atenção prioritária e direitos básicos como atenção à saúde, lazer, educação, seguridade social, previdência e assistência social, promover a socialização desse grupo com a sociedade, em uma visão intergeracional.

Para Tarallo (2015),

[...] a convivência com os avós reflete na educação para a velhice, pois apresenta um conhecimento a ser ouvido e valorizado, principalmente quando os avós transmitem aos netos a forma de se portar, reagir, enfrentar os problemas e aceitar as perdas que perpassam a existência humana (p.13).

A intergeracionalidade faz com que se criem laços sociais entre diferentes idades, socializando conhecimentos, respeitando, entendendo e identificando os papéis sociais e suas responsabilidades. Essa forma de articulação dos direitos ao segmento social introduz o idoso como ser ativo e atuante na convivência social.

3. O SUS na inter-relação com o serviço de saúde auditiva

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), 42 milhões de pessoas acima de três anos de idade possuem algum tipo de deficiência auditiva, de moderada a profunda.

O serviço de assistência às pessoas com deficiência auditiva teve seu início no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); seus fundamentos legais estão baseados Portaria nº 3335/MPAS de 11 de junho de 1984, acompanhada da Resolução nº. 46, com fins de autorizar a concessão de ajuda supletiva aos beneficiários do INAMPS nas modalidades de “auxílio-transporte”, “auxílio órtese e prótese” e “outros aparelhos ou peças”.

Nas décadas de 1970 e 1980, o movimento pela reforma sanitária e as lutas sociais foram capazes de criar constitucionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. Nesse sentido, foi mais do que um movimento pela Saúde que estava vinculado ao processo de redemocratização do País, no qual criou-se uma estrutura legal que deu suporte às ações de implantação do novo sistema de saúde, com avanços indiscutíveis em todo o país (BRAVO; MATOS, 2001).

Para garantir a todos um atendimento médico especializado, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de atenção à Saúde Auditiva, conforme Portaria GM/MS, nº 2073, de 28 de setembro de 2004.

A política prevê o atendimento integral aos usuários, com ações englobando a atenção básica (trabalhos de promoção da saúde, prevenção e identificação precoce de problemas auditivos), de média e de alta complexidade (triagem em bebês, diagnóstico, tratamento clínico e reabilitação com fornecimento de aparelho auditivo e terapia fonoaudiológica).

Considerando a integralidade da assistência estabelecida na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde, Lei nº8080 de 16 de setembro de 1990, o município de Santos vem há cerca de duas décadas atendendo a essa demanda.

O processo de construção da Política de Saúde Auditiva na Baixada Santista junto ao SUS começou em 1995, com a municipalização do programa de Órtese e Prótese. Um ano após, em 1996, o Ambulatório de Especialidades da Região Central Histórica (AMBESP), na resolução de SS 127 DOE, de 16/05/1996, foi qualificado como uma unidade de referência. Com base no PT SAS/MS 432, de 14/11/2000, o serviço é classificado como Especializado em Deficiência Auditiva, habilitando-se para a realização de diagnóstico, tratamento e reabilitação auditiva (procedimentos de média e alta complexidade).

Em setembro de 2004, institui-se a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. A Portaria nº 587/SAS, de 07/10/2004, determina a organização e implantação das Redes de Atenção à Saúde Auditiva (ações de saúde auditiva na média e alta complexidade, estabelecem diretrizes para o fornecimento de AASI e orientações para o credenciamento dos serviços; em outra Portaria nº 589/SAS, de 08/10/2004, definem o elenco de procedimentos de atenção à saúde auditiva e os mecanismos para a operacionalização dos procedimentos no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS). De 2000 até 2004, o atendimento contemplava pacientes de Santos e dos demais municípios da Baixada Santista sendo eles: São Vicente, Bertioga, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe; foram protetizados 505 pacientes, com o fornecimento de 624 aparelhos de amplificação sonora individual (recursos SUS). Em 2005, ocorreu um Pleito de credenciamento/habilitação na rede auditiva do estado, através do artigo 2º, artigo 10º, da Portaria 587 de outubro de 2004; no mesmo ano, inaugurou-se o Centro de Referência à Saúde Auditiva de Santos e, logo após, em 2006, segundo a Portaria SAS/MS nº 239 / 2006, a cidade de Santos foi incluída na Rede Auditiva do Estado. Por fim, em 2007, sucede a Habilitação do Centro de Referência à Saúde Auditiva (Secresa).

4. Atuação do Serviço Social na Política de Saúde Auditiva de Santos: Diálogos Intergeracionais

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 7 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94 e balizada pelo Código de Ética, aprovado por meio da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

As atribuições do Assistente Social na Saúde Auditiva de Santos têm o propósito de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, através de atendimentos individuais e grupais, reuniões educativas, entrevistas, encaminhamentos, pareceres técnicos, visitas domiciliares, quando necessário, bem como participando de ações conjuntas em equipes multidisciplinares.

Salienta-se que, Segundo Costa (2006), o trabalho do Assistente Social que desempenha suas atividades na área da saúde, inicia-se com a obtenção dos dados, por meio de entrevistas, preenchimento de ficha social ou questionário.

O Serviço Social na Saúde Auditiva de Santos visa compreender o paciente em sua totalidade, portanto é necessário conhecer seu cotidiano e sua rede de apoio, suas expectativas e motivações quanto ao uso do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI).

O assistente social está vinculado diretamente à efetivação das políticas, enquanto mecanismo de enfrentamento da questão social, que é resultado do confronto capital-trabalho.

Conforme Iamamoto (2001),

[...] crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso, a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o ranking mundial das desigualdades, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo características nacionais (p. 21).

Neste contexto adverso, o assistente social é tencionado para assegurar direitos sociais, os quais são apresentados como uma das possibilidades de atuação nessa realidade. No entanto, as estratégias de mobilizações e organizações de lutas coletivas são respostas mais efetivas, uma vez que o sistema capitalista se alimenta da desigualdade.

As oficinas na Seção Centro de Saúde Auditiva (Secresa), em parceria com o Projeto de Extensão, surgem em 2018, a partir de mapeamento feito nos atendimentos,

cujos resultados informavam que os/as idosos/as chegavam à Secresa com reduzida socialização, por vezes isolados de uma convivência social com outras gerações.

A Secresa, em parceria com a Unifesp, criou então o Projeto “Diálogos Intergeracionais” para refletir a questão do idoso e suas relações sociais, com o objetivo de promover encontros intergeracionais e vivências com diferentes ciclos etários capazes de construir convívio e relações respeitadas, promotoras de ensinamentos e aprendizagens

Nesse contexto, os encontros representaram a tentativa de contribuir com a ampliação da socialização do idoso com as demais gerações e identificar o quanto o acesso ao aparelho auditivo tem apresentado relevância para a socialização dos/as idosos/as.

As oficinas ocorreram semanalmente, por meio do Círculo de Cultura. Os Círculos de Cultura partem de uma concepção que entende a cultura como educação, que reconhece a centralidade da cultura no processo educativo, que reconhece a construção coletiva do conhecimento, evidenciando o sujeito a partir do seu contexto cultural, reconhecendo que há relação de reciprocidade entre quem ensina e aprende (BRANDÃO, 2006).

Os/as estudantes da extensão realizaram discussões acerca das políticas públicas e educação em direitos humanos e suas implicações e construções históricas, relação Estado/sociedade civil, e, no Serviço Social da Secresa, com as/os estagiárias/os contribuíram com reflexões em relação ao diálogo intergeracional e a relação com as políticas sociais, juntamente com os/as idosos/as. Após estes momentos de estudos, os encontros foram organizados e desenvolvidos com os/as idosos/as de forma integrada e efetivo envolvimento dos sujeitos.

O trabalho realizado com os/as idosos/as teve como ponto de partida os fundamentos do trabalho profissional no contexto das relações sociais que “abrange[m] o processo de produção e reprodução social, a *totalidade* da vida social - o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Dessa forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional que assume tais responsabilidades remete diretamente a um conjunto de conhecimentos indissociáveis acerca da vida social, das particularidades da formação política e econômica do Brasil e do trabalho profissional do assistente social.

A implementação das políticas sociais, que é a principal mediação do exercício profissional, teve centralidade na luta, nos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, apontando para a perspectiva da universalização dos direitos sociais.

Diversos autores refletem que:

A lógica adotada pelo Estado brasileiro, justificada pela ideologia da modernidade, faz com que se tenha um Estado que rebaixa ainda mais sua responsabilidade social, quando demanda o atendimento das necessidades sociais das classes subalternas. Essa responsabilidade vem sendo transferida para uma sociedade como se esta fosse destituída de antagonismos de interesses, sendo homogeneizada por uma realidade que é complexa e heterogênea, ficando a sociedade responsável pela solução dos problemas sociais mediante práticas de parcerias e de 'solidariedade'. Em última análise, vem se assistindo a um verdadeiro desmonte do Sistema Brasileiro de Proteção Social que parecia apontar, a partir dos anos de 1980, em direção à universalização dos direitos sociais básicos (YASBEK; GIOVANNI; SILVA, 2004, p. 25).

Essa mudança na agenda política dos governos vai refletir diretamente na qualidade de vida da população, uma vez que condição de subsistência desta será afetada frontalmente, pela ausência de um Estado interventor.

Considerações Finais

Nesta conjuntura política, os sujeitos do processo demonstraram que, além de identificar a problemática existente, é preciso formular propostas que desenvolvam, no tecido social, transformações significativas na sociedade.

Além do mais, a existência de projetos de extensão na Universidade faz com que essa relação, idoso e sociedade, torne-se mais próxima, trazendo atividades desenvolvidas e voltadas para a pessoa idosa dentro de um espaço de educação permanente.

Reacender o entusiasmo da participação política e da educação em direitos humanos tem sido o fio condutor que percorre a trajetória da extensão na relação com a Secresa, tendo em vista que as políticas sociais são mediações da intervenção profissional, sem a participação política, tanto dos sujeitos que atuam com essa mediação, quanto dos usuários desses direitos, elas se tornam mera abstração. Essa contribuição, da formação profissional à democratização do conhecimento, poderá desenvolver um real controle social das políticas e programas sociais.

O significado social que atribuímos ao Serviço Social tem fortalecido as estratégias das classes subalternas. Por isso, a formação profissional ocupa centralidade no perfil profissional que queremos para a sociedade, tanto um perfil fatalista e determinista inerente ao sistema capitalista, quanto uma formação

profissional que compreende as determinações sócio-históricas e, na dinâmica do sistema capitalista, vê possibilidades de engendrar mudanças, pois o movimento dialético permite a construção de caminhos que impulsionam uma outra ordem societária.

Desse modo, construir estratégias com os diferentes ciclos etários, para que possam fortalecer a convivência e os vínculos no âmbito da família e nos diferentes grupos sociais, é um processo que se apresenta como uma possibilidade concreta de enfrentar as questões referentes ao envelhecimento demográfico, enfatizando a construção de uma sociedade para todas as idades, por meio da articulação de serviços, tendo o Estado como assegurador de direitos e a sociedade como parte fundamental na promoção da socialização de todos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Primeiros Passos; 318).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Estatuto do Idoso** (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas**. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília (DF), 2014. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

BENEVIDES, Maria Vistoria de M. **Educação para a democracia**. Lua Nova. Revista de Cultura Política. São Paulo, Cedec, nº 38, 1996.

DHNET. **Linha do tempo dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/tempo/index.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7 ed.. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A Questão Social no Capitalismo.** TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Ano, II nº 3 – janeiro a junho, 2001.

FERRIGNO, JC. **O conflito de Gerações: Atividades culturais e de lazer como estratégia de superação com vistas à construção de uma cultura intergeracional solidária.** São Paulo, 2009. 254 f. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Celio. **Educação, participação política e direitos humanos.** São Paulo: Ed,L - Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA. Maria do Rosário de Fátima. **Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal.** São Paulo: Cortez. Serviço Social & Sociedade. n. 126, p .215, maio/agosto. 2016.

TARALLO, R. dos S. **As relações intergeracionais e o cuidado do idoso.** Revista Kairós Gerontologia. São Paulo, jun. 2015.

YAZBEK,, M. C.; Giovanni,G. A. SILVA, M. O. S. **Política Social Brasileira no século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda.** São Paulo: Cortez, 2004.